


**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES - SUPEL/RO NORMAN VIRÍSSIMO DA SILVA**

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia
14/08/17 às 10 Hs: 02 Min.

(nome completo, cargo e matrícula)


Gabriela L. Menezes
300 136 319

**TOMADA DE PREÇOS Nº 021/17/CPLO/SUPEL/RO
PROCESSO Nº 01.1712.02537-00/2014-SESAU/RO**

CRIAR ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.718.818/0001-60, estabelecida na Rua Buenos Aires nº 2664, Bairro Embratel, no município de Porto Velho, estado de Rondônia, CEP 76820-876, neste ato, representada por seu sócio administrador DENIS PEREIRA MARQUES, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 792.437-SSP/ RO, inscrito no CPF sob o nº 769.767.852-72, vem mui respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, na melhor forma do Direito, observado o princípio constitucional da Isonomia que rege a licitação e pela Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações posteriores, bem como no sub item 14.1 do Edital, interpor, tempestivamente, RECURSO, fazendo-o mediante os fatos e fundamentos jurídicos que pede vênha para expor e requerer o quanto segue:



RAZÕES DO RECURSO

pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão.

I. DA TEMPESTIVIDADE

O Recurso ora apresentado está em consonância com a legislação pertinente à matéria de licitações públicas, inclusive, estando dentro do prazo instituído pela Lei de Licitações.

Desta forma, considerando que o Aviso de Julgamento de Habilitação foi publicado às 12:08:20 horas, do dia 08 de agosto de 2017, no site www.rondonia.ro.gov.br/supel a o prazo para apresentação do Recurso é de até 05 (cinco) dias, em conformidade com o disposto no subitem 14,1 do próprio Edital de referência, o presente é em sua totalidade tempestivo, devendo ser o mesmo recebido e devidamente analisado pelo Sr. Pregoeiro.

14.1 – A impugnação e os recursos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº. 8.666/93 deverá estar em conformidade com o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º e Art. 109, I e alíneas e §§ 2º, 3º, 4º e 5º da retro citada Lei.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

II. BREVE PREÂMBULO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O certame licitatório foi deflagrado com o objeto de ***Construção de Abrigo de Resíduos do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, no(s) município(s) de Porto Velho/RO, conforme especificações constantes do Anexo I, deste edital.***

No presente certame licitatório foram declaradas habilitadas as empresas ***PORTO CONSTRUÇÕES LTDA e VCS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EIRELI – ME.***

III. DO RECURSO

- a. Houve por bem a D. Comissão Julgadora em DESCLASSIFICAR a Recorrente sob a equivocada conclusão de não atendimento a ***alínea "b" do item 16.4 do edital (capacitação técnica – atestados)***, entretanto, razão não lhe assiste, como cabalmente restará demonstrado

Entende-se como habilitação a fase procedimental em que a administração pública avalia as condições técnicas e financeiras dos interessados em participar do processo licitatório.

Denominado "condições de participação" a habilitação, enquanto fase procedimental, "consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacitação do sujeito para contratar com a administração pública".

Segundo Marçal Justen Filho, tais condições podem ser classificadas como genéricas ou específicas. Enquanto as condições específicas são definidas no Edital em função das características e peculiaridades de uma contratação, as genéricas são aquelas comuns a todos os procedimentos licitatórios e são "aquelas exigidas no texto

da Lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta”.

Neste sentido, ao dirimir o procedimento licitatório, em especial, a fase procedimental da habilitação, a Lei 8.666/93 dispõe no artigo 27 que será exigido dos interessados documentação que comprove a qualificação técnica, no intuito de se evitar que se habilite interessado sem que estejam comprovadas as condições mínimas para participar do certame.

No entanto, é preciso que exista coerência e similitude entre as características dos serviços e as exigências habilitatórias de forma a se evitar que tais exigências se tornem verdadeiro mecanismo de exclusão infundada de licitantes. A fase procedimental de habilitação, assim como aquelas exigências contidas no Edital, existem para resguardar a administração de eventual aventureiro, sem que isso signifique alijar empresas que teriam condições de executar o serviço.

Ao analisarmos a luz da objetividade, como documentação técnica para fins de habilitação, a empresa deve apresentar sua CAT (Certidão de Acervo Técnico) que guardar similaridade com objeto licitado. Consideradas as parcelas mais relevantes da obra os profissionais deverão comprovar expertises mínimas, para cada tipo de serviço.

Inicialmente se faz necessário frisar que todos os itens do Edital foram devidamente cumpridos pela Recorrente, não se sustentando, com a devida vênia, a sua desclassificação, a qual, certamente será objeto de reconsideração, a fim de respeitar-se a lei, o edital e, principalmente, **o interesse do Estado**.

Importante destacar que a Recorrente apresentou documentação comprobatória composta por Acervo Técnico reconhecido e atestado pelo CREA para a execução do **“Piso de Granilite”**, restando assim cumprida a exigência.

No tocante a **“Porta de Enrolar”** se faz necessário ter o entendimento de que os requisitos **“relevância”** e **“maior valor significativo”** devem ser considerados cumulativamente. Assim, em que pese o referido item ser o de *maior valor significativo* ao considerar a planilha de itens, o mesmo não é tecnicamente relevante.

Nesta linha, apresenta-se trecho do Acórdão nº 1.063/2011 de Relatoria do Ministro Ubiratan Aguiar:

[...] Com efeito, a jurisprudência assente nesta Corte de Contas (Acórdão 1891/2006-TCU-Plenário) assevera que as exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional, quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo [...]” (grifamos)

Corroborando, o Acórdão nº 1.771/2007 de Relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, é enfático que:

De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, é cabível a exigência de atestado de capacitação técnico-operacional e técnico-profissional desde que a comprovação se limite às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado. As duas condições devem ser obedecidas simultaneamente, o que não se verificou no caso em análise [...]" (grifamos)

Considerando que o objeto do certame licitatório deflagrado pela administração é a ***Construção de Abrigo de Resíduos do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, no(s) município(s) de Porto Velho/RO*** e que certamente não deixa dúvidas de que se trata de contratação de obra de engenharia civil, e não serviços de serralheria que envolvem a confecção ***de portas de enrolar***.

Assim não se justifica a exigência feita na *alínea "b" do item 16.4 do edital*, visto que pela especialidade, o serviço em referência é passível de contratação de pessoal ou empresa especializada pela própria construtora e ainda com o acompanhamento da equipe de engenharia, em prol do bom desempenho, uma vez que o mercado atua de forma segmentada e por especialização.

Há, portanto a desnecessidade de tal exigência, exigência essa em relação à qual não há complexidade com os serviços de construção civil, mas apenas de componentes em si, adquiridos junto ao mercado especializado.

Desta forma é clara a irregularidade apontada na inabilitação da Recorrente haja vista a desarrazoabilidade de se exigir comprovação de capacidade técnico-operacional/profissional para ***"portas de enrolar"***, sendo descabido pensar-se em necessidade de comprovação de experiência na aquisição e instalação desses materiais.

Assim, em inobservância ao que determina a lei, essa Comissão estabeleceu como parcelas de maior relevância técnica, relativo ao objeto ora licitado, aquela indicada na *alínea "b" do item 16.4 do edital*, mais precisamente a relativa a ***"porta de enrolar"***.

Temos que, da forma como posta, o equívoco da exigência de habilitação acaba por infringir a lei de licitações e a jurisprudência do TCU. A nosso ver, a exigência contida na alínea acima não encontra amparo na Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços,

será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às **parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

(...)

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (grifamos)

Como o mesmo entendimento, a jurisprudência do TCU fixou a seguinte resenha:

“As exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, **simultaneamente, de maior relevância e valor significativo** e tais requisitos devem ser demonstrados no instrumento convocatório ou no processo administrativo da licitação” (grifo inserido).

48. Tal jurisprudência encontra-se refletida no fragmento do voto do Relator do Acórdão 1842/2013-P:

“19. (...) as obrigações que visem a garantir expertise na execução de um tipo de obra devem ser limitadas ao empreendimento considerado de forma global, haja vista que a finalidade principal é aferir a efetiva capacidade técnica do futuro contratado, e não estabelecer exigências pontuais que terminam por não garantir a aptidão para a execução do tipo de obra pretendido”.

E também no trecho do relatório do Acórdão 6130/2012- 2ª C:

Trata-se de um tema já pacificado no Tribunal por meio de Súmula. Se a parcela não for de maior relevância, não pode o licitante exigir experiência da empresa nos respectivos serviços.

Os dois conceitos previstos na Lei nº 8.666/93, **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto**, para a qualificação técnico-profissional não permitem definição objetiva e absoluta. Pelo contrário, devem ser definidos com base na eleição de parâmetros que resem devidamente motivados no processo administrativo de contratação como sendo adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto lícitado.

A formação desses conceitos deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

Sob esse enfoque, parece válido considerar como “**parcela de maior relevância técnica**” o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Por sua vez, a aferição da fórmula “**valor significativo do objeto**” toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto.

Assim, é possível que um mesmo objeto apresente diversas parcelas de relevância técnica e valor significativo. A própria literalidade da Lei nº 8.666/93 deixa clara essa possibilidade ao fazer menção a “parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação”.

Em suma, restarão caracterizados como sendo parcelas de maior relevância os serviços identificados como sendo de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração.

Para itens tão específicos, mas que não sejam de maior relevância e com valor significativo, mas cuja execução perfeita não seja tão mais necessária que a dos demais serviços, não há que se exigir experiência para participação em uma licitação que engloba muitos outros serviços mais complexos. Exigir experiência em itens que não sejam de maior relevância, de valor insignificante ou não, resulta em restrição ao caráter competitivo das licitações, como é sobejamente conhecido.

Por fim, tal assunto encontra-se pacificado também por meio da Súmula n. 263/2011:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que *limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado*, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (grifamos)

Assim, o item “**porta de enrolar**” não deveria ser definido como parâmetro para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional/operacional. Como agravante, ao caso em análise, das 6 (seis) empresas licitantes, 4 (quatro) foram inabilitadas.

Tal fato demonstra uma grave limitação de competitividade da **TOMADA DE PREÇOS Nº 021/17/CPLO/SUPEL/RO**, impactando na escolha da proposta mais vantajosa para Administração Pública.

Desse modo, infere-se que persistindo nessa decisão a Douta Comissão agiu em descumprimento do art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93, que diz:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Com relação ao risco mais elevado para a Administração, no caso da “porta de enrolar”, ressaltamos que o próprio instrumento editalício, em seu subitem 28.1.3, assegura à administração a garantia de que a empresa contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir materiais de má qualidade.

28.1 - A empresa vencedora do certame, futura contratada, obriga-se, nos seguintes termos:

[...]

28.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de **má qualidade dos materiais empregados**, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER/RO.(grifamos)

Desta feita em observância ao dispositivo da Lei 8.666/93 e a jurisprudência do TCU quanto à definição das parcelas relevantes e de valor significativo, para fins de comprovação de capacidade técnica-profissional/operacional das licitantes, além dos demais ditames legais que visam garantir a competitividade do certame e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública faz-se necessário a reforma da Decisão de Inabilitação ora questionada.

IV. CONCLUSÃO

Com efeito o exame acurado dos fatos que ensejaram na desclassificação desta empresa, temos que a situação mereça urgente reparo pela autoridade administrativa, diante da clara restrição imposta a Recorrente que, diga-se de passagem, detém total e irrestrita capacidade estrutural e técnica para oferecer os serviços, objeto do certame licitatório.

Nesse sentido, impende salientar à queima-roupa que o órgão licitante se regencia pelos preceitos ditados pelas normas vigentes, dentre elas pela Corte de Contas da União e dos Estados, além do Ministério Público que também é titular do poder de

“exercer o controle de legalidade dos atos praticados pela Administração, em especial, decorrentes de licitações públicas processadas.”

Dando respaldo a esse poder de cautela, o art. 82 ordena que, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas **"sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal"**.

Acrescente-se, por adequado, que restrições indevidas e preferências injustificáveis podem ser **enquadradas criminalmente no artigo 90 do Estatuto Licitatório (frustrar mediante qualquer expediente, o caráter competitivo da licitação. Pena de 2 a 4 anos, além de multa).**

Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia universal, perante a sociedade brasileira, operadores do direito e PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS, pois, constituem proteção ao sagrado interesse público maior – **razão esta suficiente para proclamar a habilitação da Recorrente, em razão da mesma ter sido desclassificada ao arrepio dos comandos legais.**

Conforme explicitado os fundamentos jurídicos que norteiam a presente peça tem a musculatura necessária para direcionar esta r. autoridade à retomada da lisura do processo.

Cabe à Administração ir ao encontro das determinações do Tribunal de Contas, que detém determinado feixe de competências e atribuições para examinar todos os editais lançados pela Administração. **O norte traçado pelos Tribunais torna-se inalterável, de aplicação erga omnis, por força do Princípio da Segurança Jurídica, base mesma do Estado Democrático de Direito.**

Desse modo, face ao claro e evidente descumprimento aos dispositivos supracitados e na vasta doutrina carregada aos autos, outra solução não há senão o acolhimento das razões acima elencadas, para que a decisão que culminou com desclassificação desta empresa seja revista e reformada.



V. DO PEDIDO

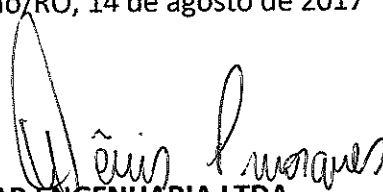
Aduzidas as razões que balizaram o presente Recurso, este Recorrente, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, **para que o ato desclassificatório seja retificado no assunto ora recorrido, DETERMINANDO-SE SUA HABILITAÇÃO E CONSEQUENTE PERMANÊNCIA NAS FASES SUBSEQUENTES DO CERTAME LICITATÓRIO**, única forma de se recuperar a característica essencial da disputa, sem os graves indícios de restrição de participantes com amparo em fatos que não são passíveis de desclassificação.

Caso não entenda pela reforma da decisão desclassificatória, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro e que seja disponibilizada cópia na íntegra de todo o processo administrativo que instrui a presente licitação.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificação da decisão guerreada, **TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DE REPRESENTAÇÃO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.**

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, 14 de agosto de 2017



CRIAR ENGENHARIA LTDA
Denis Pereira Marques
Sócio Administrador